


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0011208-78.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Leonildo Sartori e outros**
 Requerido: **Maria Aparecida Prates**

 Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 1.161/13

Vistos.

LEONILDO SARTORI e outros, já qualificados, moveram a presente ação de despejo por falta de pagamento contra MARIA APARECIDA PRATES, também já qualificada, alegando que a genitora dos requerentes locou à requerida, conforme contrato escrito acostado aos autos, para fins residenciais, o imóvel situado na Rua Dr. Samuel de Campos Chaves, nº327, Vila Alpes, São Carlos/SP, mediante aluguel mensal no valor de R\$300,00 (trezentos reais), com vencimento até o dia treze de cada mês.

Ocorreu que a locatária deixou de lhe pagar os alugueres e encargos de locação, vencidos a partir de 13.01.13, violando o artigo 9º, inciso III, c.c. art. 23, I, da Lei do Inquilinato, culminando no débito atualizado, não resgatado de R\$1.530,00 (*mil quizesentos e trinta reais*).

Requeru, então, o autor, a citação da ré para responder ao pedido de rescisão da locação ou purgar a mora, e, a final, a condenação da requerida a desocupar o imóvel, com fundamento no art. 63, *caput*, da Lei nº 12.112/09, bem como ao pagamento das verbas de sucumbência.

A ré, regularmente citada, não ofereceu resposta, tampouco requereu prazo para purgação da mora, deixando-se à revelia.

É o relatório.

D E C I D O.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil, sendo procedente a pretensão de despejo ante a revelia da locatária, por força do que presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou a mora e esta leva à consequência do despejo, devendo esta desocupar o imóvel no prazo de quinze (15) dias, nos termos do art. 63, § 1º, “b”, da Lei n.º 8.245/91.

Sucumbente, caberá ainda à ré arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e DECRETO O DESPEJO de MARIA APARECIDA PRATES, assinalando-lhe, para voluntária desocupação, o prazo de QUINZE (15) DIAS, nos termos do art. 63, § 1º, “b”, da Lei acima referida; e CONDENO-A ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (*dez por cento*) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 10 de janeiro de 2014.

0011208-78.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**